



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000039/2004-23  
Recurso nº : 127.209  
Acórdão nº : 201-78.279

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Sug. Min. Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
Do 17 / 10 / 05

VISTO *[Assinatura]*

2º CC-MF  
Fl. \_\_\_\_\_

Recorrente : BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
Recorrida : DRJ em Porto Alegre - RS

**IPI. TAXA SELIC. LEGALIDADE.**

A exigência dos juros moratórios com base na taxa Selic afeiçoa-se aos termos do artigo 161 e seu parágrafo 1º do CTN.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Rogério Gustavo Dreyer*  
Rogério Gustavo Dreyer  
Relator

MIN DA FAZENDA - 2º CC  
CÓPIA E COM O ORIGINAIS  
105 105  
*x*  
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Antonio Mario de Abreu Pinto, Maurício Taveira e Silva, José Antonio Francisco e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.

Ausente a Conselheira Cláudia de Souza Arzua (Suplente convocada).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000039/2004-23  
Recurso nº : 127.209  
Acórdão nº : 201-78.279

2º CC-MF  
Fl.

13	05	05
VISTO		

Recorrente : BAC PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

## RELATÓRIO

A contribuinte acima qualificada foi autuada por diferenças entre o valor declarado e o efetivamente devido, impago, do IPI, acrescido de multa qualificada fixada em 150%.

Em sua impugnação, repele a multa e os juros fundados na taxa Selic. Quanto à multa, alude a inexistência de dolo, fraude ou simulação, em vista da devida escrituração de todos os valores, disponibilizados para a Fiscalização da Receita Federal. Quanto à aplicação da taxa Selic, alega sua ilegalidade e constitucionalidade.

A decisão ora recorrida dá parcial provimento à impugnação, reconhecendo a inexistência do evidente intuito de fraude, para reduzir a multa para 75%. No mais, mantém o auto como lançado, ressaltando a inexistência de impugnação quanto ao tributo devido.

No presente recurso voluntário, a contribuinte insurge-se somente quanto à aplicação da taxa Selic.

Amparado por arrolamento de bens, subiram os autos para este Egrégio Conselho.  
É o relatório.





Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13971.000039/2004-23  
Recurso nº : 127.209  
Acórdão nº : 201-78.279

MIN DA FAZENDA - E.C.D.C.
CONFIDE COM O CHAVONE
13 / 05 / 05
X
VISTO

2º CC-MF  
FL

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**ROGÉRIO GUSTAVO DREYER**

Segundo se depreende do relatório, remanesce somente a questão da taxa Selic, visto que, em relação ao aspecto da multa, houve a sua redução para 75%, sem embargos do contribuinte em sede do voluntário. Igualmente quanto ao tributo em si a contribuinte não se insurge contra o lançamento desde a impugnação, reconhecendo o débito.

Nada há a opor à decisão ora recorrida, dentro de seus estritos limites, pelo que deve a mesma ser mantida como julgada, uma vez que a jurisprudência deste Conselho e da CSRF tem sido reiterada e pacífica quanto à aplicabilidade da taxa Selic como juros moratórios.

Relativamente à pretensa constitucionalidade da norma, ainda que não incumba a este Colegiado sua apreciação, não há precedentes no Judiciário a amparar a pretensão. Quanto à apregoada ilegalidade, a jurisprudência alentada reconhece a aplicação taxa Selic como plenamente afeiçoada aos termos do artigo 161 e seu parágrafo 1º do CTN.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso interposto.

É como voto.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005.

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER